



MAL-ESTAR BRASILEIRO DA FOME: inscrição histórica, desamparo discursivo e sofrimento sociopolítico

Julia Louzada de Souza¹
Miriam Debieux Rosa²

Resumo

Esta pesquisa parte da constatação de que a fome, apesar de sua centralidade histórica, social e subjetiva no Brasil, permanece como tema silenciado. A partir do retorno do país ao Mapa da Fome da ONU (2022) e dos dados da Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que aponta para 33 milhões em situação de fome e 125 milhões em insegurança alimentar, propõe investigar a dimensão sociopolítica do sofrimento gerado pela fome e o desamparo discursivo em torno desse objeto. A análise articula a perspectiva de Josué de Castro sobre a fome como fenômeno social e estrutural e o mal-estar de Freud, relacionando sofrimento psíquico e condições sociais adversas. Considera a fome em sua base material, integrada a uma perspectiva interseccional para compreender múltiplas formas de exclusão e sofrimento social. Concebe a fome como tabu e objeto de reflexão para uma psicanálise implicada. Adota método de pesquisa documental e revisão bibliográfica, visando mapear lacunas teóricas e apontar possibilidades de uma escuta clínica e política sensível à fome enquanto sintoma social.

Palavras-chave: Fome; psicanálise; fome como tabu; sofrimento sociopolítico; desamparo discursivo;

THE BRAZILIAN MALAISE OF HUNGER: historical inscription, discursive helplessness, and sociopolitical suffering

Abstract

This research begins with the observation that hunger, despite its historical, social, and subjective centrality in Brazil, remains a silenced topic. Based on the country's return to the UN Hunger Map (2022) and data from the PENSSAN Network - Brazilian Network for Research on Food and Nutritional Sovereignty and Security, which indicates 33 million people are experiencing hunger and 125 million are experiencing food insecurity, it investigates the sociopolitical dimension of suffering caused by hunger and the discursive abandonment surrounding it. The analysis connects Josué de Castro's view of hunger as a social and structural phenomenon with Freud's concept of malaise, relating psychic suffering to adverse social conditions. Hunger is approached in its material basis, integrating an intersectional perspective to understand multiple forms of social exclusion and suffering. Hunger is conceived as a taboo and a focus for implicated psychoanalysis. Employs documentary research and bibliographic analysis, aiming to map theoretical gaps and explore clinical and political listening attentive to hunger as a social symptom.

Keywords: Hunger; psychoanalysis; hunger as taboo; sociopolitical suffering; discursive abandonment;

Artigo recebido em: 31/10/2025 Aprovado em: 21/05/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e27968>

¹ Mestra no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), São Paulo, SP, Brasil. Integrante do Grupo de Trabalho Práticas Psicanalíticas Situadas da RedIIPol – Rede Interamericana de Pesquisadores em Psicanálise e Política. Membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL). E-mail: julialouzada@usp.br

² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), São Paulo, SP, Brasil. Coordenadora do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL). E-mail: miriamdebieuxrosa@usp.br

1 INTRODUÇÃO

27 de maio... Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome. Quarto de Despejo: diário de uma favelada (10ª edição, São Paulo, Ática, 2014, pág. 44), escrito por Carolina Maria de Jesus (1914- 1977).

O que Maria Carolina chama de *'marca do destino'* na primeira publicação de Quarto de Despejo, em 1960, ainda hoje é destino compartilhado por milhões de brasileiros e brasileiras. A fome voltou a ser um traço estrutural da realidade brasileira. Em 2022, o Brasil retornou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas e os dados recentes da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) evidenciam que mais de 33 milhões de pessoas passam fome no país, e mais 125 milhões estão em situação de insegurança alimentar. Estes números, por si só alarmantes, não esgotam a dimensão simbólica, política e subjetiva do fenômeno. A realidade da fome se manifesta também na vida cotidiana e nas experiências coletivas de solidariedade e resistência.

A Fome atravessa a história do Brasil como um traço estruturante de sua formação social. Desde os escritos de Josué de Castro até os dados mais recentes sobre insegurança alimentar, percebemos que a Fome não é apenas ausência de comida: é resultado de escolhas políticas, é expressão de desigualdade, e é, sobretudo, um sintoma social. Logo a hipótese inicial dessa investigação aponta que a Fome, em sua dimensão simbólica e política, permanece um tabu, na sociedade e nas elaborações em psicanálise. Essa suspeita é sustentada pelos dados obtidos a partir de uma pesquisa exaustiva em bases de dados científicas no campo da psicologia clínica e da psicanálise, com o objetivo de quantificar e analisar as produções teóricas anteriores a respeito do objeto de pesquisa, com o objetivo de demonstrar ou refutar a hipótese, que a Fome enquanto questão social carece de elaboração científica nesse campo, essa base de dados segue anexa nessa versão do texto que subsidia a construção da hipótese de que há um silenciamento que precisa ser tensionado, especialmente quando o campo psicanalítico se depara com sujeitos esfaimados, não nomeados, não escutados.

Esta pesquisa parte do reconhecimento de que, mesmo diante de sua gravidade, a Fome permanece silenciada em diversos campos do saber – inclusive na psicanálise. Assim, este artigo resulta de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque teórico e documental, apoiada em levantamento exaustivo de produções científicas sobre o tema “fome” no campo da psicanálise, complementada por uma análise reflexiva baseada na experiência etnográfica em uma Cozinha

Popular. A metodologia combina a pesquisa bibliográfica e documental com a escuta implicada (Rosa, 2016), buscando articular os campos da política pública, da psicanálise e dos movimentos sociais.

O texto está organizado em cinco capítulos, o primeiro deles *A Fome no Brasil*, dedica-se à construção do problema de pesquisa e à desnaturalização da Fome como destino individual. Em diálogo central com Josué de Castro (1965/1984/2022), articuladamente a dados contemporâneos de insegurança alimentar e políticas públicas brasileiras, a pesquisa evidencia a Fome como produção histórica e política e políticos que conformam a produção da fome no país. Em seguida, em *Tema proibido e o tabu psicanalítico*, discute-se a relativa ausência da Fome como objeto de elaboração no campo psicanalítico, tomando essa lacuna como elemento constitutivo da investigação. O terceiro capítulo, *O mal-estar da fome*, propõe uma interlocução com Freud para refletir sobre os efeitos subjetivos da privação e da vulnerabilidade. No quarto capítulo, *A Fome como dispositivo de poder: raça, gênero e terra na estrutura da desigualdade brasileira*, são mobilizadas, entre outras, as contribuições de Lélia Gonzalez para compreender as articulações entre fome, racismo, patriarcado e colonialismo. Por fim, em *Notas de uma pesquisa em movimento: da fome aos restos*, apresentam-se reflexões produzidas ao longo do percurso investigativo, acompanhando os deslocamentos teóricos e metodológicos que emergem do encontro com o campo. Os restos são aqui compreendidos não como resíduos do que ficou para trás, mas como questões, impasses e elaborações que permanecem em aberto, longe de se encerrar nas análises aqui apresentadas. Nesse sentido, apontam para novos caminhos de investigação acerca da fome, de seus efeitos subjetivos e de suas articulações com as heranças coloniais que estruturam a sociedade brasileira.

2 A FOME NO BRASIL

“Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça

...
Com a barriga vazia não consigo dormir
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar”
(Da Lama Ao Caos - Chico Science)

No ano de 2022, no ápice do retorno do debate da insegurança alimentar no Brasil, completou(-se) 76 anos da primeira edição do livro *Geografia da Fome - O dilema brasileiro: pão ou aço*, escrito pelo médico e pensador do Brasil Josué de Castro¹. Neste ano, o livro ganhou uma nova edição, com um prefácio que reivindica a atualidade e a relevância do pensamento de Josué de Castro fundamentado nos dados apresentados pela Rede Brasileira de Pesquisas em Soberania e Segurança

Alimentar e Nutricional de que existem 33,1 milhões de pessoas em situação de Fome no Brasil, e 125 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar; esses dados nos dizem que dois terços da população brasileira não tem acesso a comida suficiente e de qualidade em seus pratos.

Ao longo deste trabalho, faço uma escolha intencional de forma e conteúdo: utilizo a palavra *fome*, com "f" minúsculo, para designar o aspecto fisiológico da privação alimentar, a necessidade básica de ingestão de nutrientes para a manutenção da vida, enquanto reservo a grafia *Fome*, com "F" maiúsculo, para nomear as dimensões psíquicas, sociais e políticas implicadas na produção da fome como fenômeno histórico. Essa distinção se ancora nas formulações de Josué de Castro, na qual a Fome, com F maiúscula, compreende uma categoria política desenvolvida por Josué de Castro (2001) a descrevendo como um fenômeno histórico, fruto de uma complexa organização social e econômica contemporânea. Ele afirmou, em entrevista concedida a Araujo Dantas em 1965, que:

A Fome, na concepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas sim, todas as modalidades de deficiências alimentar, formas visíveis e formas ocultas [...]. A fome é, para mim, a expressão biológica dos males sociológicos. A Fome não é uma fatalidade biológica, é uma fatalidade política (1984, p.115)

Ela entrelaça questões biológicas decorrentes da ausência de nutrição com a desigualdade social, que produz e sustenta a situação de Fome. Com tal definição, podemos afirmar que a Fome é uma questão histórica no Brasil, derivada de sua formação social e econômica, da natureza da questão agrária, e incide na contemporaneidade. Nas palavras do próprio Josué de Castro, no prefácio da primeira edição do livro *Geografia da Fome - O dilema brasileiro: pão ou aço a fome é 'um flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens'*. No desenvolvimento do texto, o intelectual brasileiro afirma ainda que seu '*objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva - da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas.*' Essa concepção é o ponto de partida que consideramos neste projeto para compreender o mal-estar, o sofrimento e os sintomas provenientes da Fome.

A elaboração de Josué de Castro, radicada na experiência brasileira, vai além de uma denúncia material da Fome: ela nos dá pistas para compreender os mecanismos pelos quais a subjetividade é moldada pela privação. Sua extensa obra, com mais de trinta livros, desvela muitos aspectos da construção de um projeto de Fome. Partindo da materialidade do seu campo de formação teórica, Josué médico, se dedica a pensar a fome a partir das questões nutricionais, e avança para o campo da infraestrutura, em busca de compreender as bases econômicas da Fome, discutindo a formação social brasileira, marcada pela monocultura e pela concentração de terras, chegando a superestrutura, onde elucida questões políticas, culturais e ideológicas que organizam a dominação a

partir da Fome, como a desigualdade racial, herança do escravismo colonial brasileiro, e aponta aspectos subjetivos que se originam do que ele nomeia ainda em Geografia da Fome como a estrutura mental e a conduta social:

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam, e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante (Castro, 1984, p. 100).

Compreendemos a Fome então como fenômeno político-social, resultado de uma organização econômica que não apenas exclui, mas também estrutura-se sobre a escassez imposta a determinadas populações. Sua existência é menos efeito de catástrofes naturais ou limitações produtivas, e mais consequência de escolhas políticas que naturalizam a exclusão e o sofrimento dos esfaimados. Construimos então uma breve caracterização das disputas de projeto político em torno do tema da Fome no Brasil, para localizar a formulação do problema de pesquisa. Sem a pretensão de construir uma rigorosa historiografia das disputas eleitorais ou das políticas públicas, mas localizando a formulação do problema da presente pesquisa. A Fome é uma questão latente na sociedade brasileira, e teve mais uma vez centralidade na disputa presidencial de 2022. Retomamos então alguns elementos sobre esse tema nos tempos da recente democracia brasileira. Com a redemocratização do estado brasileiro após ditadura militar, o debate sobre a Fome ganha espaço na sociedade. É um período de reorganização de movimentos populares no campo, e com grande influência dos setores progressistas da igreja católica, que tinham a questão da Fome como organizadora de suas bases. Mobilizados pelas demandas sociais, e com o objetivo de garantir à população os direitos sociais previstos na recente Constituição de 1988.

Nesse período, destacam-se as ações da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, gestadas por redes de base comunitária e articulações nacionais de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Pastoral da Criança, e redes ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Fome se tornava não apenas uma denúncia, mas uma plataforma de organização social, refletida também na agenda política do país. Na eleição presidencial de 1989, a primeira após o regime militar, o tema da miséria foi central no discurso de setores populares e da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que disputava com Fernando Collor de Mello. Collor venceu com um discurso liberal e individualista, mas as demandas sociais permaneceram latentes, emergindo com força nos anos seguintes, em meio à crise econômica e ao impeachment do presidente.

Posteriormente, em 1993, uma grande iniciativa chamada Campanha da Fome, com apoio do sociólogo, Herbert de Souza, o Betinho, ganha repercussão nacional e é incorporada pelo governo de Itamar Franco, como uma política nacional nomeada de Plano de Combate à Fome e à Miséria. E no ano seguinte é instituído o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA - e realizada a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo participação de diversos setores da sociedade civil. Desde então, surgem estratégias de segurança alimentar e nutricional, como também programas e políticas públicas implementadas desde o final da década de 1990, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada em 1999, e a instituição do Conselho de Segurança Alimentar.

No governo seguinte, logo após a eleição em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso extingue o CONSEA e desmonta uma série de diretrizes do Plano de Combate à Fome e a Miséria, substituindo-o pelo Programa Comunidade Solidária, restringindo a participação da sociedade civil nos rumos dos programas de combate à Fome e Soberania alimentar.

Já em 2002, com a eleição do primeiro governo Lula, é implementado o programa Fome Zero (Brasil, 2023), acompanhado da criação do Programa Cartão Alimentação e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi recriado, como resultado de amplo processo de mobilização popular em torno da pauta. Nesse contexto, em 20 de outubro do mesmo ano, o Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, em janeiro de 2004, (BRASIL, 2004). Com o passar dos anos o programa foi aprimorado com participação popular, e estruturado em quatro eixos: I. Acesso aos alimentos; II. Fortalecimento da agricultura familiar; III Geração de renda; IV. Articulação, mobilização e controle social.

Entre 2002 e 2013 o índice caiu para 82% da população de brasileiros considerados em situação de subalimentação, chegando a menor número . E o país havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2014 (Brasil, 2014). Entretanto, em 2022, durante a pandemia do Covid 19, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar e a Rede Brasileira de Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAM) denunciaram que 33,1 milhões de pessoas passavam fome no Brasil, além das 125 milhões em situação de ‘insegurança alimentar². Os motivos e fatores que levaram ao retorno da Fome estrutural no Brasil é palco de diversas disputas de narrativas.

O Bolsonarismo, enquanto base de sustentação do governo Bolsonaro (2018-2022), associado a valores conservadores, autoritários, ideologias e movimentos neofascistas, afirmava que o retorno ao mapa da fome deve-se à crise econômica e ao cenário internacional de guerra. No entanto, esse mesmo governo extinguiu em 2019 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(Consea) - órgão responsável por coordenar os programas federais ligados à segurança alimentar - e desmontou políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, agiu ativamente na criminalização dos trabalhadores rurais e movimentos populares que atuam no campo, o que contribuiu e evidenciou sua opção política enquanto governo e ideologia pelo retorno da Fome no Brasil³.

Desta forma, observamos, como resultado destas políticas de governo, uma ruptura radical na sociedade, que pode ser ilustrada de diversas maneiras, em especial a partir dos conteúdos amplamente difundidos na mídia e nas redes sociais, que circularam durante o período de isolamento social decorrente da pandemia: fotos de famílias se debruçando sobre uma pilha de ossos descartadas por frigoríficos (Folha de São Paulo, 2021), uma carta de uma criança pedindo carne ao papai Noel (UOL, 2021), ou mesmo por um vídeo que circulou durante a campanha eleitoral em que um homem vai até a porta da casa de uma mulher em situação de vulnerabilidade econômica, claramente faminta, e, com um celular gravando seu rosto, a pergunta em quem ela vai votar. Ao ouvir a resposta, a humilha e afirma que vai deixar de entregar a ela e sua família uma marmita (Terra, 2022).

Entretanto, neste mesmo período, ganhou dimensão outra narrativa dentro da disputa ideológica em torno da Fome. Esse campo, protagonizado por movimentos populares e articulado com diversos setores progressistas da sociedade, respondeu à crise, agravada pela pandemia da COVID-19, com diversas ações de solidariedade em todo o país. Estas ações foram construídas por instituições e organizações populares, pela figura de resistência do Padre Júlio Lancellotti, pela experiência de articulação e pronunciamento de chefs de cozinha progressistas e se materializou na organização de 'marmitaços' solidários e a construção de inúmeras cozinhas coletivas nas ocupações urbanas e periferias brasileiras. Entre 2020 e 2023, apenas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), referência no debate da questão agrária e segurança alimentar no Brasil, doou mais de 6 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e ultrapassou 2 milhões de marmitas solidárias, em todo o Brasil (MST, 2022). Pois ainda que a Fome seja silenciada em diversos campos do saber, ela jamais deixou de ser anunciada e denunciada. A Fome é respondida, nos territórios e nas bordas, pelos movimentos sociais. Essas respostas emergem de iniciativas populares, na formação de redes e de práticas cotidianas de solidariedade.

Após a eleição de 2022, o governo federal tem buscado recolocar o combate à Fome no centro da agenda política, adotando como lema de gestão o compromisso por um "*Brasil sem fome*". Essa diretriz tem se traduzido na reativação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, como a recomposição do Consea e a retomada de programas de aquisição de Alimentos e programas de regulação de estoques de alimentos. No entanto, essa orientação convive com iniciativas de incentivo ao agronegócio: como o Plano de Escoamento da Safra 2024/2025 (Companhia Nacional de

Abastecimento - Conab, 2025), com previsão de investimentos de R\$4,5 bilhões em logística e infraestrutura, visando reduzir os custos do transporte agrícola e aumentar a competitividade do país no mercado internacional. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção recorde de 322,47 milhões de toneladas de grãos, um crescimento de 8,3% em relação ao ciclo anterior, puxado especialmente por soja e milho, produtos transgênicos, cheios de agrotóxico e que não alimentam o povo brasileiro. Esses dados revelam uma tentativa de conciliação: ao mesmo tempo em que o governo retoma políticas de combate à fome e recria espaços de participação social, também promove concessões ao agronegócio.

O tensionamento entre esses dois projetos é evidente quando se observa a persistência da alta nos preços dos alimentos e na prática dos produtores que destroem estoques para manter o valor de mercado — prática que explicita a lógica da comida como mercadoria, cujo valor se dissocia de sua função vital. Como analisa Marx, no fetichismo da mercadoria, “as relações sociais entre os próprios homens assumem para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2011, p. 148). A reificação da comida e da terra – transformadas em coisas abstratas, mensuráveis apenas por sua capacidade de gerar lucro – nos coloca diante de uma violência que desumaniza tanto os sujeitos quanto os bens naturais.

Esse contexto, acima relatado, expressa um campo de disputa ideológica em torno da situação de Fome no Brasil, e suas implicações políticas e institucionais. A Fome é um tema central na sociedade brasileira, que mobiliza aspectos políticos, econômicos, culturais, entre outros. Outros campos de produção de conhecimento têm se debruçado a pensar a Fome no Brasil sobre as bases do pensamento de Josué de Castro, uma vez que além das questões políticas, a escassez de alimentos tem claras implicações no campo da saúde. A Fome acarreta déficits nutricionais, que implicam em desnutrição, em mortalidade infantil, como também produz a necessidade do consumo de alimentos ultraprocessados, muitas vezes mais baratos, e que estão associados ao desenvolvimento de outras patologias, de ordem física e mental. Destaca-se, ainda, que a Fome está relacionada a muitas implicações sociais e condições de vulnerabilidade, como, por exemplo, a mortalidade infantil e o baixo desenvolvimento escolar de crianças e de adolescentes em situação de Fome.

Sigmund Freud, em “O mal-estar na cultura” (1921) apresenta questões importantes para refletirmos como se estabelecem essas relações sociais, e as questões decorrentes delas. Ele afirma que o sofrimento nos ameaça a partir de três fontes: i. de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução...; ii. do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, iii. das relações humanas, de nossos relacionamentos com os outros homens, com toda a sua insuficiência de regular as normas, sendo essa a maior fonte de sofrimento. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais

penoso do que qualquer outro (Freud, 1930/1996, p. 84). A questão da Fome, compreendida em sua dimensão política, atravessa as três direções de mal-estar.

E a partir dessa perspectiva tomamos a Fome como objeto de análise em uma pesquisa em Psicanálise, pensar sobre a subjetividade daqueles e daquelas que estão em situação de Fome, compreendendo a fome e a insegurança alimentar. Essa pesquisa tem como objetivo contribuir na construção do campo teórico dos estudos sobre a Fome no Brasil, tomando as formulações de Josué de Castro em diálogo com a Psicanálise, para investigar a dimensão sociopolítica do sofrimento gerado pela Fome. Mais especificamente, se propõe a investigar, articulando psicanálise, sofrimento e política, a hipótese de que a Fome produz uma exposição traumática e seus efeitos.

Interrogar a Fome a partir da psicanálise implica reconhecer seu potencial traumático e sua força desorganizadora da subjetividade, mas também sua inscrição no laço social e nas estruturas simbólicas. É nesse ponto que a pesquisa se inscreve: ao se perguntar como a psicanálise pode escutar e elaborar esse sofrimento, e por que historicamente tem silenciado ou marginalizado a questão da Fome em seu campo. No próximo capítulo, evidenciaremos esse silêncio, examinando a escassa presença da Fome como tema nos textos e práticas psicanalíticas.

3 TEMA PROIBIDO E O TABU PSICANALÍTICO

Após a morte de Josué de Castro sua filha, a socióloga Anna Maria de Castro, organizou uma coletânea de textos inéditos e artigos dispersos, publicada sob o título *Fome: tema proibido* (CASTRO, 2002), expressão que sintetiza a dimensão do interdito dessa questão. Mas no primeiro capítulo de Geografia da Fome, Josué de Castro (2022) já nos alertava sobre a delicadeza e o perigo do tema, afirmando que,

O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações. Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tomaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente. Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos - dirigidos e estimulados dentro de seus interesses econômicos - e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (Castro, 2022, p.18)

Na ausência de uma vasta bibliografia disponível sobre a questão da Fome do ponto de

vista psicanalítico, passamos a investigar essa ausência, adotando como caminho metodológico uma análise de *estado da arte*, voltada à identificação e mapeamento da produção científica no campo psicanalítico, vinculado à produção acadêmica.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exaustiva em seis bases de dados acadêmicas de ampla cobertura: PEP-Web (Psychoanalytic Electronic Publishing), SocIndex, SciELO, PePSIC, Web of Science e Scopus. A seleção dessas bases considerou a abrangência internacional e interdisciplinar, bem como a presença significativa de produções latino-americanas. Foram utilizados descritores em português, inglês e espanhol, combinando termos 1) hunger OR famine OR starvation; 2) "food security" OR "nutrition security" - AND psychonalysis / psychol*/ "social aspects"/ "political aspects".

Apesar da amplitude do levantamento, o número de publicações encontradas que articulam diretamente os temas da fome ou Fome, e da psicanálise/psicologia foi de apenas 38 textos. Este número, por si só, revela um dado relevante: a escassez do tema da Fome no interior da produção em psicologia clínica e psicanalítica, especialmente se comparado à vastidão da literatura sobre outros temas afetivos e sociais. Tal dado sustenta a hipótese inicial da pesquisa, de que há um silenciamento, o que aponta para os próprios limites do campo.

A estratégia de busca foi construída com o objetivo de testar a hipótese central da pesquisa: a de que a Fome opera como um tabu discursivo no campo psicanalítico, à semelhança do que Freud descreve em *Totem e Tabu* (1913). Mais do que um simples silêncio, trata-se da manutenção de um interdito — algo que não apenas não se diz, mas que é, de maneira ativa, recalcado coletivamente, mantido fora do campo simbólico da teoria e da clínica. Como propõe Miriam Debieux Rosa (2016), o sofrimento psíquico deve ser considerado em sua dimensão sociopolítica, pois é atravessado por condições históricas, econômicas e coletivas. Frente à Fome, o sujeito se vê diante de um desamparo discursivo, sem referências simbólicas suficientes para nomear ou elaborar sua dor.

A análise quantitativa evidencia que, mesmo nas raras publicações que articulam Fome e sofrimento psíquico, poucos estudos realizam recortes territoriais e interseccionais de raça e gênero, perpetuando uma visão universalista que ignora a desigualdade estrutural como determinante do sofrimento. Esse interdito não é neutro, ele colabora com uma perspectiva que naturaliza a questão e encobre seus mecanismos de negação e silenciamento.

A escassez da produção que articula diretamente Fome e psicanálise contrasta fortemente com a vasta literatura dedicada aos transtornos alimentares, como anorexia, bulimia e compulsão alimentar. Questões férteis dentro da psicanálise e psicologia clínica que, no entanto, desloca o foco da Fome como fenômeno político e coletivo para a problemática do sujeito singular, muitas vezes inscrito na lógica do sofrimento neoliberal. que individualiza a relação do sujeito com o alimento.

Reconhecer a Fome como marcador sociopolítico de sofrimento é um elemento necessário para escutar a Fome, e o seu silêncio. E romper com o silenciamento estrutural que acompanha os corpos famélicos, historicamente situados nos limites do campo simbólico da teoria. A pouca produção teórica nesse campo não apenas colabora com a hipótese da Fome como Tabu na sociedade e no campo, mas nos abre a possibilidade de transformar o silêncio acadêmico em ferramenta de denúncia da questão.

Nesse momento esse trabalho está em curso por algumas mãos. Publicações recentes como o relevante trabalho de Karla Holanda e Daniel Kuppermann, especialmente em *Fome, umbral da vergonha* (2017), no qual a autora articula a dimensão psíquica da Fome à sua função estruturante na constituição do sujeito, e trata da desautorização relativa à experiência subjetiva da Fome produz uma espécie de vergonha, proveniente da identificação com o agressor. Holanda retoma Josué de Castro como leitor de Freud, e aciona Ferenczi para pensar a Fome como trauma intencional e politicamente produzido — uma experiência de violência que mina a confiança fundante na alteridade e fragiliza os laços sociais. Essa abordagem implicada tem desdobramentos coletivos importantes, como mostra a publicação *A experiência da fome na clínica e na cultura* (Holanda et al., 2023), organizada em parceria com Karla Patrícia Holanda Martins, Álvaro Madeiro Leite, Beatriz Sernache de Castro Neves e Fabiano Chagas Rabêlo. Obra que foi um importante material para pensar as questões que serão desenvolvidas nos capítulos de análise desta pesquisa.

4 O MAL-ESTAR DA FOME

Retomamos uma elaboração central na obra de Freud *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/1996, p. 83) afirma: “o sofrimento nos ameaça a partir de três direções: do corpo, condenado à decadência e à dissolução; do mundo externo, capaz de se abater sobre nós com forças destrutivas; e, finalmente, das relações com os outros seres humanos.” Essa tríplice origem do sofrimento pode ser lida como chave para pensar a Fome. Ela é, em primeiro lugar, dor do corpo, vivida na carne como vazio e fragilidade; é também produto do mundo externo, quando colheitas, mercados e políticas públicas se articulam de modo a negar o alimento; e, sobretudo, é sofrimento que se inscreve na relação com os outros homens, uma vez que sua permanência não é fruto do acaso natural, mas resultado de escolhas coletivas, de omissões políticas e de pactos sociais que naturalizam a exclusão.

Nesse sentido, a Fome explicita o que Freud chamou de inevitabilidade do mal-estar, mas também o desdobra em uma dimensão política: se, no limite, nenhum ordenamento cultural poderia abolir o sofrimento humano, o modo como uma sociedade o distribui e o administra revela o grau de sua violência estrutural. É aqui que a crítica de Josué de Castro (1946/1951) ganha atualidade, ao

denunciar que a Fome não é destino biológico, mas produção histórica. O que Freud descreve como ameaça externa ou interpessoal, no caso brasileiro, adquire a forma de necropolítica (Mbembe, 2018), onde se decide não apenas sobre a morte, mas sobre a manutenção de corpos em estado crônico de carência.

O mal-estar que se manifesta na Fome não pode ser reduzido a um destino trágico da condição humana. Mais do que isso, deve ser lido como índice da falência civilizatória e como sintoma de uma formação social estruturada pela desigualdade. Freud nos mostrou que o sofrimento, ainda que inevitável, não se limita à esfera individual. No Brasil, a Fome se apresenta como expressão coletiva radical desse desamparo, evidenciando que o mal-estar não é apenas universal, mas desigual, seletivo e politicamente distribuído. Nesse ponto, a psicanálise é convocada a reconhecer que o sofrimento a que Freud se referia adquire aqui um rosto social e histórico, exigindo que sua escuta se desloque da clínica individual para a cena coletiva. Onde circunscrevemos a questão da Fome, como condição traumática, decorrente da pobreza extrema e da exclusão social no modelo econômico neoliberal, produz uma forma específica de sofrimento sociopolítico.

Amparamos essa hipótese também no ensaio em *Uma escuta psicanalítica das vidas secas e a resistência do psicanalista* (2002), de Miriam Debiux Rosa, onde afirma que “a questão do traumático está vinculada ao desamparo discursivo e desvela a problemática do sujeito excluído do modelo neoliberal e as especificidades da clínica em contextos marcados pela violência da exclusão.” (Rosa, 2002, p. 42). E segue articulando o desamparo social do sujeito ao desamparo discursivo, que produz sofrimento e perpetua a condição traumática.

O conceito de desamparo discursivo é retomado para articular o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem o seu desamparo. Quando há desqualificação de seu discurso, soma-se ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo; ou seja, ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social plurideterminada. Sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia, sendo lançado ao não senso e a dificuldade de reconhecer, ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso. Essa condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete a angústia ante o desamparo que perpetua a condição traumática (Rosa, 2002, p. 47).

Podemos nos apoiar ainda no conceito Humilhação Social, cunhada por José Moura Gonçalves Filho, em sua pesquisa *‘Humilhação social: um problema político em psicologia’* (1998), que afirma que “A humilhação social corresponde a um caso particularmente doloroso de angústia: um afeto mórbido derivado da exposição do homem pobre a mensagens de inferioridade social.” (p. 23). E descreve suas implicações no sujeito:

O sentimento da dignidade humana parece desfeito. Deixa de ser espontâneo. É preciso um esforço de atenção para conservá-lo. Um esforço nem sempre eficaz para o humilhado — um cidadão pobre não é humilhado porque sente ou imagina sê-lo: o sentimento e a imaginação estão fincados numa situação real de espoliação econômica e aviltamento público. No humilhado, a submissão é que se torna espontânea. Diríamos melhor: torna-se automática, compulsiva. A humilhação social é, sem dúvida, um fenômeno histórico. A

humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do direito à casa, direito ao trabalho e direito à cidade. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação assume internamente, como um impulso angustiante, o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado. A humilhação social é fenômeno ao mesmo tempo político e psicológico, caracteriza assiduamente a psicologia do oprimido: desencadeia afetos embriagantes ou paralisadores (Gonçalves Filho, 1998, p. 18).

A formação social e econômica do Brasil produz nossas próprias formas de mal-estar, sofrimentos e sintomas próprios. Analisar a dimensão do sofrimento sociopolítico e a humilhação social decorrente da Fome é uma possibilidade de articular conceitos desenvolvidos pela Psicanálise Política, olhando para os nossos próprios dilemas sociais, para nossa história e para o desamparo desses sujeitos.

5 A FOME COMO DISPOSITIVO DE PODER: raça, gênero e terra na estrutura da desigualdade brasileira

O Brasil, atravessado pelo latifúndio e pelo escravismo colonial, todas essas dimensões do sofrimento estavam em jogo de maneira brutal. O corpo escravizado foi explorado até a exaustão no trabalho forçado e violentado nos castigos físicos; os corpos das mulheres negras, em especial, foram sistematicamente submetidos ao estupro como prática de dominação. A relação com o mundo externo, por sua vez, foi marcada pela expropriação da terra e pela degradação da natureza: planta-se em grandes extensões para exportação, mas muitas vezes não se come localmente, instaurando a Fome como marca estrutural. E a terceira via, das relações com os outros homens, assumiu no Brasil uma radicalidade extrema: a relação social fundante foi a da violência, da desigualdade e da negação da humanidade do outro.

O mal-estar, nesse contexto, não foi distribuído de maneira equânime: enquanto poucos usufruíam das promessas da civilização, a maioria experimentava apenas a restrição, a Fome e a exclusão. A lógica do latifúndio pode, assim, ser compreendida como um “princípio de realidade” radicalizado, que força milhões a conviver com a exploração, a expropriação e o desamparo. Trata-se de um mal-estar estrutural e histórico, cuja herança permanece inscrita nas formas contemporâneas de desigualdade, racismo e concentração fundiária. Que no caso brasileiro essa agressividade se institucionalizou como política de Estado, através do escravismo colonial e de sua permanência no racismo estrutural. A civilização que aqui se ergueu foi, em larga medida, uma civilização para poucos, sustentada pelo trabalho e pelo sofrimento de muitos. A psicanálise, ao articular mal-estar, e questão agrária no Brasil que produz a Fome, permite reconhecer que a desigualdade de acesso à terra não é apenas questão de propriedade, mas também um dispositivo de produção de subjetividades

humilhadas, silenciadas e traumatizadas.

A análise do sofrimento brasileiro exige retomar as bases materiais de sua formação, a concentração fundiária, o escravismo e a exclusão de amplas parcelas da população do direito à terra e à cidadania. É nessa materialidade que se inscrevem os efeitos subjetivos de humilhação, desamparo e silenciamento, bem como o mal-estar diagnosticado por Freud. Retomar as bases materiais, portanto, não é negar a dimensão psíquica do sofrimento, mas justamente reconhecê-la em sua inscrição histórica. Nesse sentido, a psicanálise pode se engajar eticamente na escuta das marcas deixadas pela questão agrária brasileira e contribuir para imaginar outras formas de laço social, nas quais a palavra, a terra e a dignidade não sejam privilégio de poucos.

Lélia Gonzalez (1982/2004) em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos* enfatiza que a exclusão histórica das populações negras e indígenas não se restringe à dimensão econômica, mas está atravessada por racismo estrutural e patriarcado. Ela mostra como tais dispositivos estruturam o acesso à riqueza, ao poder e ao reconhecimento, produzindo hierarquias que se perpetuam no tecido social. Mais ainda, Gonzalez alerta que, “[e]nquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo ‘à brasileira’ se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (‘democracia racial’ brasileira)” (Gonzalez, 2020, p. 142). Essa formulação ilumina o paradoxo brasileiro: negar o racismo ao mesmo tempo em que se reforçam seus efeitos, silenciando e marginalizando os sujeitos que o evidenciam pela própria existência.

Essa perspectiva permite compreender que a violência, o racismo, e a Fome, não são fenômenos neutros, mas resultado da articulação histórica entre concentração fundiária, exploração do trabalho e violência simbólica sobre mulheres negras e populações periféricas. A leitura de Gonzalez nos ajuda a ampliar a compreensão da Fome como fenômeno interseccional, no qual classe, raça e gênero se entrelaçam, reproduzindo desamparo sociopolítico e subjetivo. Pois é imprescindível considerar como relações raciais, de gênero e estruturas coloniais moldaram a distribuição de recursos e direitos.

Além disso, os territórios mais atingidos pela Fome coincidem com regiões historicamente marginalizadas, como o semiárido nordestino e as periferias urbanas. Essas áreas carregam as marcas de um processo de colonização e de escravização que excluiu povos indígenas, negros e camponeses do acesso à terra e aos recursos básicos. A intersecção entre desigualdade racial, patriarcado e concentração fundiária faz da Fome um fenômeno interseccional: não se trata apenas de escassez alimentar, mas da negação sistemática de direitos a populações racializadas e empobrecidas. E que a Fome é também resultado de uma estrutura racista e patriarcal que controla corpos e territórios, invisibilizando experiências e silenciando vozes.

Portanto, a questão agrária brasileira está no cerne da produção política da Fome. A ausência de uma reforma agrária ampla, a captura do Estado pelos interesses do agronegócio e a manutenção de um modelo exportador perpetuam a concentração da terra e a exclusão de milhões de trabalhadores rurais. A Fome, nesse contexto, não é apenas uma consequência da desigualdade, mas um dispositivo de poder: mantém populações em situação de dependência e vulnerabilidade, reforça hierarquias sociais e naturaliza a exclusão como se fosse inevitável. Reconhecer a Fome como produto histórico e político é, assim, reconhecer que sua superação exige enfrentar diretamente a estrutura fundiária do país, repensar o modelo agrícola e criar políticas sociais que rompam com o ciclo de concentração e exclusão que atravessa a história brasileira.

6 NOTAS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO: da fome aos restos

Partindo da compreensão da Fome como expressão de um sofrimento que é ao mesmo tempo material e simbólico, apontamos que a Fome produz uma condição traumática, inscrita na dimensão sociopolítica do sofrimento, que produz especificidades em um contexto de mal-estar brasileiro: não se trata de um conflito apenas intrapsíquico, mas de um sofrimento fundado na violência da formação colonial e em seus desdobramentos atuais. Os sujeitos que trabalharam e ainda trabalham a terra sem direito a ela, vivem sem poder usufruir do capital que ela produz. Que pode ser articulado com o que a autora elabora sobre o “desamparo discursivo” (Rosa, 2022a, p. 4): são interditados de narrar sua experiência, seja pela invisibilização pública, seja pelo enquadramento em diagnósticos que os reduzem a “desajustados” ou “incapazes”. A Fome, portanto, não é apenas um tema da economia, da geografia, da nutrição ou da sociologia, mas também da clínica: nela se joga a possibilidade de resgatar, por meio da escuta, a historicidade e a dignidade negadas.

A partir dessa lente, a psicanálise pode interrogar a Fome como tabu, problematizando suas implicações psíquicas, sociais e políticas, e evidenciando estratégias de resistência coletiva, culturais e territoriais, que surgem nas periferias urbanas, nos sertões e nas lutas camponesas. Ao mesmo tempo, a psicanálise precisa permanecer atenta ao que é possível analisar no campo do sintoma social, reconhecendo os traços desse sofrimento psíquico inscritos na experiência cotidiana da Fome, da exclusão e da exploração, mas sem perder de vista seus limites. A transformação estrutural da subjetividade não ocorre isoladamente, desvinculada das condições materiais da vida; exige, antes, a construção de um novo modelo agrário no Brasil, capaz de romper com a lógica do latifúndio que, ontem como hoje, adoece corpos e mentes, produz sofrimento e reforça hierarquias sociais.

Fanon (2008) já alertava que o colonialismo condena o colonizado a uma existência de

objeto, marginal e desumanizada. Ao trazer essa reflexão para o Brasil contemporâneo, podemos reconhecer que os “*condenados da terra*” continuam existindo, marcados pelo desamparo e pela violência estrutural, e permanecem submetidos a formas de sofrimento psíquico que a psicanálise pode apenas tentar compreender, interrogar e, quando possível, intervir simbolicamente, mas que só poderão ser efetivamente transformadas quando a justiça social, econômica e agrária se tornar realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Milton. Bolsonaro e o terrorista da fome. **Brasil de Fato**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/milton-alves/2022/05/31/bolsonaro-e-o-terrorista-da-fome/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2023.

CAMPELLO, Tereza et al. **Geografia da fome – 75 anos depois**: novos e velhos dilemas. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588304112>.

CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI. Da lama ao caos. *In*: CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI. **Da lama ao caos**. Recife: Chaos/Sony Music, 1994. Faixa musical.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Boletim da safra de grãos: 7º levantamento, safra 2024/25**. Brasília, DF: Conab, 2025. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 4 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, DF: Consea, 2010.

DANTAS, Araújo. Ouvindo Josué de Castro. *In*: CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 111-115.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1964.

FOLHA DE S.PAULO. **Caminhão de ossos no Rio é disputado por população com fome**. *Folha de S.Paulo*, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21, p. 73-148. Trabalho original publicado em 1930.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 13-113. Trabalho original publicado em 1921.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/psicousp.v9i2.107818>.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1987.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.

HOLANDA, Karla Patrícia Holanda; KUPERMANN, Daniel. Fome: o umbral da vergonha. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 199-209, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18379/2176-4891.2017v2p.199>.

HOLANDA, Karla; LEITE, Ágata Maria; NEVES, Bruna Silva de Carvalho; RABÊLO, Francisco César (org.). **A experiência da fome na clínica e na cultura**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74421>. Acesso em: 8 abril. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Publicado originalmente em 1867.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. *MST*, jan. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

ROSA, Miriam Debieux. A escuta implicada: a clínica psicanalítica frente às violências sociais. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 14-33, 2016.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008. Acesso em: 1 fev. 2022.

ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Textura: Revista de Psicanálise**, v. 2, n. 2, p. 42-46, 2002.

TERRA. Homem nega marmita a mulher por ela apoiar Lula. **YouTube**, 11 set. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5gpSShlwzhM>. Acesso em: 25 mar. 2024.

UOL. Menino pede carne ao Papai Noel em carta e comove redes sociais. **UOL Notícias**, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/10/menino-carne-natal.htm>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Notas

¹ Josué de Castro, médico, pesquisador e professor brasileiro. Foi embaixador do Brasil na ONU entre 1962 e 64 e chegou a ser presidente da FAO-ONU (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

² O conceito de 'segurança alimentar e nutricional' consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Tal definição consta no Artigo 3º da Lei 11.356/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). 'Insegurança alimentar' é portanto o seu oposto: quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos. Também existem gradações: 33,1 milhões de brasileiros passam fome (insegurança alimentar grave); outros 92 milhões não têm acesso a alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar leve ou moderada). Acumulada, a conta fica estarrecedora: 125 milhões de brasileiros - em algum grau vivem a Fome atualmente. Em resumo, mais da metade da população do país, está sem - ou tem de forma insuficiente - comida no prato.

³ Segundo Milton Alves (2020): "É necessário denunciar em alto e bom som que a volta da fome, o aumento generalizado dos preços dos alimentos da cesta básica, do aluguel, do botijão de gás, dos combustíveis e das tarifas de energia, que têm penalizado as camadas mais pobres e médias da população, são um resultado direto da política econômica do governo da extrema direita" (p. 02).